

SUMÁRIO

Evolução histórica dos Juizados Especiais no Brasil: das ideias inspiradoras à prática

| | |
|---|----|
| 1. Da ideia à estrutura: a inspiração dos Juizados Especiais brasileiros | 31 |
| 2. Implementação do Juizado de Pequenas Causas no Brasil | 41 |
| 3. Dissenso quanto ao anteprojeto dos Juizados: entre o texto e o contexto | 48 |
| 4. A recepção do anteprojeto dos Juizados de Pequenas Causas pela classe política: como ocorreu o processo legislativo? | 57 |
| 5. A redação do texto final do projeto de lei: em que medida os Juizados de Pequenas Causas foram de fato influenciados pelo modelo nova-iorquino? .. | 59 |
| 6. Da teoria à prática: os Juizados em funcionamento | 61 |

LEI N.º 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

| | |
|---|-----------|
| Art. 1º | 65 |
| COMENTÁRIOS | 65 |
| 1. Regulamentação em razão de determinação constitucional | 65 |
| 2. São sinônimos os Juizados Especiais e os Juizados de Pequenas Causas? | 66 |
| 3. Criação dos Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal. | 67 |
| 4. Norma de natureza processual. | 67 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 68 |
| ▶ Modelo de inicial em ação de cobrança | 68 |
| ▶ Modelo de inicial em ação de danos materiais em decorrência de acidente de trânsito | 69 |
| ▶ Modelo de sentença extinguindo o feito em razão do cumprimento da obrigação em sede de execução | 71 |
| ▶ Modelo de sentença condenatória em ação de cobrança aplicando-se os efeitos da revelia em desfavor do requerido | 72 |
| Art. 2º | 74 |
| COMENTÁRIOS | 74 |
| 1. Ordenamento jurídico brasileiro: um sistema aberto de regras e princípios. ... | 74 |
| 2. Regras e princípios. | 75 |

| | |
|---|------------|
| 3. Regras e princípios nos Juizados Especiais | 76 |
| 4. Oralidade | 77 |
| 5. Simplicidade | 81 |
| 6. Informalidade | 82 |
| 7. Economia Processual | 86 |
| 8. Celeridade | 87 |
| 9. Solução consensual dos litígios | 89 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 92 |
| ▸ Modelo de petição de acordo em ação de cobrança | 92 |
| ▸ Modelo de sentença homologatória | 94 |
| Art. 3º | 94 |
| COMENTÁRIOS | 95 |
| 1. Pequeno valor e menor complexidade | 95 |
| 2. Incompetência para as causas de menor complexidade e a utilização do mandado de segurança | 99 |
| 3. Ampliação da competência cível | 100 |
| 4. Competência em razão da matéria do art. 275, II, CPC/73 | 102 |
| 5. O Código de Processo Civil de 2015 e as ações previstas no art. 275, II, CPC/73 | 103 |
| 6. Ação de despejo para uso próprio | 104 |
| 7. Sanção penal para o caso de imóvel reclamado e não utilizado dentro do prazo legal | 112 |
| 8. Aplicabilidade de multa para o caso de imóvel reclamado e não utilizado dentro do prazo legal | 113 |
| 9. Atenção – Retomada para uso próprio e valor da causa | 113 |
| 10. Demandas regidas por procedimentos especiais | 113 |
| 11. Valor da causa nas demandas possessórias | 115 |
| 12. Causas excluídas da competência dos Juizados Especiais | 116 |
| 13. Renúncia ao crédito excedente e pedidos interdependentes | 116 |
| 14. Atenção – Conflito de competência entre Juízo de Direito Comum e Juizado Especial | 117 |
| 15. Atenção – STF e a “inadmissibilidade” do mandado de segurança contra decisões interlocutórias – STJ e a “admissibilidade” do mandado de segurança .. | 117 |
| 16. Facultatividade de ajuizamento da ação no Juizado Especial ou na Justiça Comum | 117 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 118 |
| ▸ Modelo de inicial em ação declaratória/indenizatória em razão da inscrição indevida dos dados do requerente em órgãos de proteção ao crédito, com pedido de tutela provisória, em que a parte limita o pedido indenizatório ao teto estabelecido no inciso I do art. 3º da Lei 9.099/95 | 118 |
| ▸ Modelos de inicial em que se pleiteia despejo para uso próprio | 122 |
| ▸ Modelo de sentença de extinção em caso de inobservância do teto de 40 (quarenta) salários mínimos | 124 |
| ▸ Modelo de sentença em ação de despejo para uso próprio cumulada com cobrança de valores | 126 |

| | |
|--|------------|
| Art. 4º | 130 |
| COMENTÁRIOS | 131 |
| 1. Regras gerais | 131 |
| 2. Foro competente para as ações de reparação de dano de qualquer natureza..... | 131 |
| 3. Auctor sequitur forum rei. | 132 |
| 4. Forum contractus. | 133 |
| 5. Auctor sequitur forum rei como superregra. | 133 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 133 |
| ▸ Modelo de inicial de ação indenizatória em razão da devolução indevida de cheque: embora o banco requerido tenha sua sede em comarca distinta daquela em que a parte requerente reside, admite-se, como competente, o foro do domicílio deste último, em virtude do que dispõe o III, conjuntamente ao inciso I, do art. 101 do Código de Defesa do Consumidor. | 133 |
| Art. 5º | 137 |
| COMENTÁRIOS | 137 |
| 1. Atuação do Juiz na direção do processo. | 137 |
| 2. Poderes instrutórios..... | 137 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 137 |
| ▸ Modelo de despacho designando audiência de instrução e julgamento para a produção de prova oral | 138 |
| ▸ Modelo de sentença prolatada, em ação de obrigação de fazer para transferência de propriedade de veículo, em que o magistrado optou pelo julgamento antecipado do mérito, sem a produção de provas | 138 |
| Art. 6º | 141 |
| COMENTÁRIOS | 141 |
| 1. Complementação da atuação do Juiz na direção do processo. | 141 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 142 |
| ▸ Modelo de decisão de deferimento de pedido de tutela de urgência, sem a oitiva da parte contrária | 142 |
| ▸ Modelo de decisão, em sede de cumprimento de sentença, em que o magistrado, com base em nova documentação apresentada pela parte executada, acolheu pedido de impenhorabilidade de valores depositados em caderneta de poupança | 143 |
| Art. 7º | 144 |
| COMENTÁRIOS | 144 |
| 1. Papel e atuação dos conciliadores | 144 |
| 2. Incompatibilidade entre ser “auxiliar da justiça” e advogado nos Juizados Especiais da comarca onde atue. | 145 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 145 |

| | |
|--|-----|
| ▸ Modelo de termo de audiência com acordo para pagamento de valor parcelado | 145 |
| ▸ Modelo de termo de audiência com acordo para a transferência de propriedade de veículo | 146 |
| ▸ Modelo de termo de audiência, com acordo, em ação de rescisão c/c obrigação de fazer e indenização por danos morais em razão de inclusão indevida em cadastro de inadimplentes | 147 |

Art. 8º..... 148

COMENTÁRIOS 149

| | |
|---|-----|
| 1. Incapazes | 149 |
| 2. Presos | 149 |
| 3. Pessoas jurídicas de direito público e autarquias | 149 |
| 4. Atenção – Empresas públicas da União. | 149 |
| 5. Massa falida. | 150 |
| 6. Insolvente civil. | 150 |
| 7. Legitimidade ativa e capacidade para estar em juízo. | 150 |
| 8. Legitimidade para figurar no polo ativo ou no polo passivo das demandas cognitivas. | 151 |
| 9. Cessionário de direito de pessoa jurídica. | 151 |
| 10. Microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. | 151 |
| 11. Pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). | 152 |
| 12. Inaplicabilidade do § 2º. | 152 |

ASPECTOS PRÁTICOS 152

| | |
|--|-----|
| ▸ Modelo de despacho intimando a parte para que seja adequado o procedimento, em razão de ter indicado menor impúbere para figurar no polo passivo | 152 |
| ▸ Modelo de preliminar arguida em sede de contestação, e pugnando pela extinção do feito, sem enfrentamento de mérito, em razão de a parte requerente ser cessionário de pessoa jurídica | 153 |
| ▸ Modelo de decisão de extinção sem resolução de mérito em razão de figurar menor impúbere no polo ativo | 154 |

Art. 9º 155

COMENTÁRIOS 156

| | |
|--|-----|
| 1. Possibilidade de demandar sem a assistência de advogado. | 156 |
| 2. Nomeação de advogado. | 156 |
| 3. Mandato escrito. | 156 |
| 4. Preposto das pessoas jurídicas. | 157 |

ASPECTOS PRÁTICOS 157

| | |
|--|-----|
| ▸ Modelo de termo inicial para indenização por danos materiais em razão de acidente de trânsito e com designação de audiência de conciliação | 158 |
|--|-----|

| | |
|--|------------|
| ▸ Modelo de termo inicial de ação de cobrança em que, no polo ativo, figura pessoa jurídica, representada por seu sócio-proprietário, com designação de audiência de conciliação | 159 |
| Art. 10..... | 160 |
| COMENTÁRIOS | 160 |
| 1. Vedação de intervenção de terceiro | 160 |
| 2. O CPC/2015 e a desconsideração da personalidade jurídica | 161 |
| 3. O CPC/2015 e a assistência | 161 |
| 4. Aplicação subsidiária do CPC | 161 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 161 |
| ▸ Modelo de pedido de desconsideração da personalidade jurídica | 162 |
| ▸ Modelo de decisão acolhendo pedido de desconsideração da personalidade jurídica | 165 |
| ▸ Modelo de termo inicial em ação ordinária decorrente de defeito de produto .. | 167 |
| Art. 11..... | 169 |
| COMENTÁRIOS | 169 |
| 1. Participação do representante do Ministério Público | 169 |
| 2. Atribuição constitucional do Ministério Público | 169 |
| 3. O Ministério Público como parte e como fiscal da ordem jurídica | 170 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 171 |
| ▸ Modelo de despacho determinando a intimação do Ministério Público para intervir nos autos | 171 |
| Art. 12. | 172 |
| COMENTÁRIOS | 172 |
| 1. Atos processuais serão, em regra, públicos | 172 |
| 2. Realização em horário noturno | 173 |
| 3. Suspensão dos prazos processuais | 173 |
| 4. Forma | 173 |
| 5. Tempo | 174 |
| 6. Lugar | 175 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 176 |
| ▸ Modelo de petição pleiteando que o feito tramite em segredo de justiça | 176 |
| ▸ Modelo de petição para habilitação em processo que tramite em segredo de Justiça | 177 |
| Art. 12-A..... | 177 |
| COMENTÁRIOS | 178 |
| 1. Alteração legislativa | 178 |
| 2. Contagem dos prazos em dias úteis | 178 |
| 3. Contagem dos prazos em dias úteis para a interposição de recursos | 178 |
| 4. Manutenção do prazo horário previsto no § 1º do art. 42 | 179 |

| | |
|---|------------|
| ASPECTOS PRÁTICOS | 179 |
| ▸ Modelo de despacho determinando a apresentação de documento e fixando prazo em dias úteis | 179 |
| Art. 13..... | 180 |
| COMENTÁRIOS | 180 |
| 1. Validade e finalidade dos atos processuais | 180 |
| 2. Cartas precatórias | 181 |
| 3. Registros dos atos essenciais | 181 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 181 |
| ▸ Modelo de despacho determinando a intimação das partes por meio alternativo (telefone, e-mail etc.), em decorrência da designação de audiência de conciliação | 182 |
| ▸ Modelo de despacho determinando a expedição de ofício a juízo diverso, e sua remessa por meio alternativo (e-mail), a fim de que preste informações | 182 |
| Art. 14..... | 183 |
| COMENTÁRIOS | 183 |
| 1. Procedimento comum e nos Juizados Especiais | 183 |
| 2. Petição inicial e emenda | 183 |
| 3. Pedido genérico | 184 |
| 4. Atermação | 185 |
| 5. Formação do processo | 185 |
| 6. Pedido escrito ou oral | 186 |
| 7. Forma simples e linguagem acessível | 186 |
| 8. Elementos do pedido | 187 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 190 |
| ▸ Modelo de termo inicial para formulação de pedido de transferência de propriedade de veículo automotor | 190 |
| ▸ Modelo de termo inicial para ação de cobrança | 192 |
| Art. 15..... | 193 |
| COMENTÁRIOS | 193 |
| 1. Cumulação de pedidos | 193 |
| 2. Cumulação simples | 193 |
| 3. Cumulação sucessiva | 194 |
| 4. Cumulação subsidiária ou eventual | 194 |
| 5. Requisitos para a cumulação de pedidos | 196 |
| 6. Pedido alternativo | 196 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 198 |
| ▸ Modelo de sentença extinguindo o feito em razão da inobservância do valor do teto estabelecido pela Lei 9.099/95 | 198 |
| ▸ Modelo de despacho determinando a emenda da inicial em razão da cumulação de pedidos que importam em procedimentos distintos | 200 |

| | |
|--|------------|
| Art. 16..... | 201 |
| COMENTÁRIOS | 201 |
| 1. Designação de audiência de tentativa de conciliação. | 201 |
| 2. Prazo para a realização do ato..... | 201 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 202 |
| ▶ Modelo de termo inicial para a formulação de pedido de declaração de inexistência de débitos | 202 |
| Art. 17..... | 203 |
| COMENTÁRIOS | 203 |
| 1. Comparecimento de ambas as partes. | 203 |
| 2. Pedido contraposto. | 204 |
| 3. Atenção – Reconvenção. | 204 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 204 |
| ▶ Modelo de termo de audiência com comparecimento espontâneo das partes e a realização de acordo, seguido da sua homologação | 204 |
| ▶ Modelo de contestação com pedido contraposto em ação de cobrança | 205 |
| Art. 18..... | 208 |
| COMENTÁRIOS | 208 |
| 1. Citação e modalidades. | 208 |
| 2. Citação de pessoa física e jurídica. | 210 |
| 3. Citação por oficial de justiça. | 212 |
| 4. Conteúdo da correspondência ou do mandado citatório. | 213 |
| 5. Citação por edital. | 213 |
| 6. Comparecimento espontâneo do requerido. | 213 |
| 7. Citação por e-mail e pelas redes sociais. | 214 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 216 |
| ▶ Modelo de decisão (em fase executiva) indeferindo a citação por edital | 216 |
| Art. 19..... | 216 |
| COMENTÁRIOS | 217 |
| 1. Intimações. | 217 |
| 2. Modalidades. | 217 |
| 3. Mudanças de endereço. | 218 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 219 |
| ▶ Modelo de termo de audiência em que restou infrutífera a composição e foram conferidos prazos às partes para apresentação, respectivamente, de contestação e réplica | 219 |
| ▶ Modelo de despacho reconhecendo a intimação da parte em decorrência da ausência de comunicação da mudança de endereço | 220 |

| | |
|--|------------|
| Art. 20..... | 221 |
| COMENTÁRIOS | 221 |
| 1. Contumácia e revelia | 221 |
| 2. Efeitos | 222 |
| 3. Presença física do requerido. | 224 |
| 4. Presunção relativa da revelia, participação do revel e atos processuais. | 225 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 225 |
| ▸ Modelo de sentença em que são presumidos verdadeiros os fatos alegados na inicial, aplicando-se os efeitos da revelia | 226 |
| ▸ Modelo de sentença em ação indenizatória em que foram relativizados os efeitos da revelia, julgando-se improcedente o pedido inicial | 228 |
| Art. 21. | 232 |
| COMENTÁRIOS | 232 |
| 1. Papel do juiz togado ou leigo. | 232 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 232 |
| ▸ Modelo de renúncia ao crédito excedente a ser inserido na parte final do termo inicial | 232 |
| Art. 22..... | 233 |
| COMENTÁRIOS | 233 |
| 1. Presidência dos trabalhos de conciliação. | 233 |
| 2. Sentença homologatória. | 233 |
| 3. Audiência de conciliação não presencial. | 233 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 234 |
| ▸ Modelo de termo de audiência em que houve a realização de acordo entre as partes | 235 |
| Art. 23. | 235 |
| COMENTÁRIOS | 236 |
| 1. Julgamento antecipado e revelia. | 236 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 236 |
| ▸ Modelo de sentença proferida em sede de audiência de conciliação em caso de ausência da parte requerida | 237 |
| ▸ Modelo de termo de audiência de conciliação com a aplicação dos efeitos da contumácia | 238 |
| ▸ Modelo de sentença proferida em sede de audiência virtual de conciliação em caso de ausência da parte requerida | 238 |
| Art. 24..... | 239 |
| COMENTÁRIOS | 240 |
| 1. Arbitragem | 240 |
| 2. Necessidade de anuência das partes. | 240 |

| | |
|---|------------|
| Art. 25..... | 240 |
| COMENTÁRIOS | 240 |
| 1. O árbitro e os mesmos critérios do Juiz | 240 |
| 2. Equidade | 240 |
| Art. 26..... | 240 |
| COMENTÁRIOS | 241 |
| 1. Conclusão da instrução pelo árbitro | 241 |
| ASPECTOS PRÁTICOS (arts. 24, 25 e 26) | 241 |
| ▶ Modelo de termo de audiência em que é apresentado laudo arbitral em demanda indenizatória | 241 |
| ▶ Modelo de decisão homologatória de laudo arbitral | 243 |
| Art. 27. | 244 |
| COMENTÁRIOS | 244 |
| 1. Desinteresse pela instituição do juízo arbitral | 244 |
| 2. Atenção – Ciência do requerido e o propósito do seu comparecimento em Juízo | 244 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 244 |
| ▶ Modelo de termo de audiência de conciliação, instrução e julgamento com designação de nova data para a realização da instrução e oitiva da testemunha ausente | 245 |
| Art. 28. | 246 |
| COMENTÁRIOS | 246 |
| 1. Oralidade e concentração dos atos processuais | 246 |
| 2. Celeridade | 246 |
| 3. Audiências de instrução e julgamento telepresenciais como exceção | 246 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 248 |
| ▶ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento com prolação de sentença | 248 |
| Art. 29. | 251 |
| COMENTÁRIOS | 251 |
| 1. Incidentes | 251 |
| 2. Questões que não se referem ao mérito da causa | 251 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 251 |
| ▶ Modelo de decisão de afastamento de preliminar de complexidade da matéria e designação de audiência de instrução e julgamento | 252 |
| ▶ Modelo de decisão de afastamento de preliminar de incompetência do Juízo e designação de audiência de instrução e julgamento | 253 |
| ▶ Modelo de decisão de afastamento de preliminar de ilegitimidade de parte e designação de audiência de instrução e julgamento | 254 |

| | |
|--|------------|
| Art. 30. | 256 |
| COMENTÁRIOS | 256 |
| 1. Modalidades de resposta. | 256 |
| 2. Atenção – Modalidades de contestação. | 256 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 256 |
| ▸ Modelo de contestação em ação indenizatória em virtude de acidente de trânsito (responsabilidade civil) | 258 |
| Art. 31. | 261 |
| COMENTÁRIOS | 261 |
| 1. Atenção – Reconvenção e pedido contraposto. | 261 |
| 2. Controvérsia. | 262 |
| 3. Ação declaratória incidental. | 262 |
| 4. Possibilidade de réplica do requerente em relação à resposta do requerido. | 262 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 262 |
| ▸ Modelo genérico de contestação, com pedido contraposto, em ação indenizatória | 262 |
| Art. 32. | 264 |
| COMENTÁRIOS | 265 |
| 1. Moralmente legítimas. | 265 |
| 2. Atenção – Provas como elementos de convicção do juiz. | 265 |
| 3. A ata notarial. | 265 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 265 |
| ▸ Modelo de sentença de extinção, sem mérito, em virtude da necessidade da produção de prova incompatível com o rito da Lei 9.099/95 | 265 |
| Art. 33. | 268 |
| COMENTÁRIOS | 268 |
| 1. Concentração dos atos processuais. | 268 |
| 2. Juntada de documentos. | 268 |
| 3. Requerimento para a produção da prova oral. | 268 |
| 4. Produção de provas na audiência de instrução e julgamento. | 268 |
| 5. Ordem de produção de prova oral na audiência de instrução e julgamento. .. | 270 |
| 6. Inobservância da ordem de produção de prova em audiência. | 270 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 271 |
| ▸ Modelo de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento, sem arguição de preliminares | 271 |
| ▸ Modelo de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento em demanda envolvendo acidente de trânsito, com rejeição de preliminar de ilegitimidade ativa do condutor, por ser pessoa diversa do proprietário registral | 272 |
| ▸ Modelo de decisão de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento em demanda que versa sobre acidente de trânsito, com rejeição | |

| | |
|---|------------|
| de preliminares de ilegitimidade ativa do requerente e incompetência do juízo pela complexidade da causa | 273 |
| ▸ Modelo de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento em demanda que versa sobre acidente de trânsito, com rejeição de preliminar de ilegitimidade passiva da seguradora | 275 |
| ▸ Modelo de decisão de saneamento e designação de audiência de instrução e julgamento com rejeição de preliminar de inépcia da inicial | 277 |
| ▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento com conclusão dos autos para sentença | 279 |
| ▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento com sentença proferida ao final, sendo revel o requerido | 280 |
| ▸ Modelo de inicial – relação de consumo – responsabilidade civil – relevância do conteúdo probatório para fins de reparação indenizatória | 281 |
| Art. 34. | 289 |
| COMENTÁRIOS | 290 |
| 1. Atenção – Limite do número de testemunhas a serem arroladas pelas partes. | 290 |
| 2. Ordem de oitiva. | 290 |
| 3. Comparecimento das testemunhas. | 290 |
| 4. Condução das testemunhas. | 290 |
| 5. Prazo para apresentação de rol de testemunhas. | 290 |
| 6. Testemunhas que são inquiridas em sua residência ou onde exercem sua função. | 291 |
| 7. O regime da Lei 9.099/95 e o do Código de Processo Civil quanto ao número de testemunhas. | 291 |
| 8. Pode o juiz, sentindo-se convencido diante da prova já colhida, dispensar a testemunha arrolada pela parte? | 291 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 293 |
| ▸ Modelo de requerimento de intimação de testemunhas (art. 34, caput, parte final, Lei 9.099/95) | 293 |
| Art. 35. | 294 |
| COMENTÁRIOS | 295 |
| 1. Prova técnica. | 295 |
| 2. Extinção do processo sem apreciação de mérito. | 295 |
| 3. Inspeção judicial. | 295 |
| 4. Prova técnica simplificada. | 295 |
| 5. Ouvida do técnico. | 296 |
| 6. O técnico deve prestar compromisso? | 296 |
| 7. Convencimento do juiz e conclusão dos pareceres produzidos pelas partes. | 296 |
| 8. Inspeção judicial. | 297 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 297 |
| ▸ Modelo de inicial possessória em que afigura-se possível a inspeção pessoal ou delegada em coisas, com eventual produção de prova pericial simplificada | 297 |

| | |
|--|------------|
| Art. 36. | 298 |
| COMENTÁRIOS | 298 |
| 1. Dispensa do registro da prova oral. | 298 |
| 2. Oralidade. | 298 |
| 3. Depoimentos colhidos em audiência. Transcrição. | 299 |
| Art. 37. | 300 |
| COMENTÁRIOS | 301 |
| 1. Poderes do juiz instrutor. | 301 |
| 2. Depoimentos das partes, inquirição de testemunhas e inspeção judicial. | 301 |
| 3. Poderes instrutórios dos juízes leigos. | 301 |
| 4. Requisitos para o recrutamento de juízes leigos. | 301 |
| 5. Impedimento legal ao exercício da advocacia. | 302 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 303 |
| ▶ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento presidida por juiz leigo, sob a supervisão de juiz togado – testemunha da parte requerente ausente, embora intimada – concordância sobre a cisão da audiência e adiantamento da inquirição das testemunhas presentes da parte requerida | 303 |
| ▶ Variações possíveis do termo acima apresentado | 304 |
| Art. 38. | 305 |
| COMENTÁRIOS | 305 |
| 1. Dispensa de relatório. | 305 |
| 2. Necessidade de fundamentação. | 306 |
| 3. O CPC/2015 e a exigência de fundamentação. | 306 |
| 4. Proibição de sentença íliquida. | 307 |
| 5. Coisa julgada. | 307 |
| 6. Organização e preparação para julgamento. | 307 |
| 7. Julgamento conforme o estado. | 307 |
| 8. Inconstitucionalidade na dispensa do relatório na sentença. | 308 |
| 9. Sentença íliquida. | 308 |
| 10. Impossibilidade de liquidação de sentença. | 309 |
| 11. Reconhecimento ex officio da nulidade da sentença íliquida. | 310 |
| 12. Fundamentação oral da sentença. | 311 |
| 13. Diferença entre os elementos da sentença nos Juizados Especiais Cíveis e no procedimento comum. | 311 |
| Art. 39. | 311 |
| COMENTÁRIOS | 311 |
| 1. Limite de alçada. | 311 |
| 2. Ineficácia do acórdão condenatório que excede o limite de alçada. | 312 |
| 3. Competência para execução de título que, em decorrência de encargos posteriores ao ajuizamento, excede o limite de alçada. | 312 |
| Art. 40. | 312 |
| COMENTÁRIOS | 313 |
| 1. Sentença proferida por juiz leigo. | 313 |
| 2. Homologação (ou não) pelo juiz togado. | 313 |

| | |
|---|------------|
| 3. Atribuições do juiz leigo | 313 |
| 4. Projeto de sentença não chancelado judicialmente. | 313 |
| 5. Recurso inominado interposto antes da homologação do projeto de sentença. | 313 |
| 6. Nulidade por ausência de fundamentação do projeto de sentença homologado. | 314 |
| Art. 41. | 314 |
| COMENTÁRIOS | 314 |
| 1. Meios de impugnação nos Juizados Especiais Cíveis. | 314 |
| 2. Atenção – Decisões interlocutórias. | 315 |
| 3. Duplo grau de jurisdição. | 315 |
| 4. Possibilidade de interposição de Recurso Extraordinário. | 316 |
| 5. Impossibilidade de interposição de Recurso Especial. | 316 |
| 6. Irrecorribilidade da sentença homologatória de conciliação ou laudo arbitral. | 317 |
| 7. Transação como ato jurídico perfeito e acabado. | 317 |
| 8. Anulabilidade da transação por força de arrependimento unilateral. | 318 |
| 9. Transação realizada sem a presença do advogado de uma das partes. | 318 |
| 10. Cabimento de mandado de segurança contra decisões exaradas em processos submetidos ao rito da Lei n.º 9.099/95, segundo o STF. | 319 |
| 11. Competência para conhecer de mandado de segurança impetrado contra autoridade coatora integrante da Turma Recursal. | 319 |
| 12. Controle de competência dos Juizados Especiais via reclamação. | 320 |
| 13. Competência para processamento e julgamento da reclamação. | 321 |
| 14. Admissibilidade da reclamação, à luz da revogada Res/STJ n.º 12/2009. | 321 |
| 15. Competência recursal no âmbito dos Juizados Especiais. | 322 |
| 16. Competência dos Tribunais de Justiça para rever as decisões exaradas nos Juizados. | 322 |
| 17. Cabimento de agravo interno no âmbito dos Juizados Especiais. | 322 |
| 18. Juizados Especiais – em que consiste seu sistema normativo? | 322 |
| 19. Lei n.º 9.099/95. | 323 |
| 20. Lei n.º 10.259/01. | 323 |
| 21. Lei n.º 12.153/09. | 324 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 324 |
| ▸ Modelo de recurso extraordinário com pedido de efeito suspensivo | 324 |
| Art. 42. | 327 |
| COMENTÁRIOS | 327 |
| 1. Prazo de interposição recursal. | 327 |
| 2. Prazos recursais no CPC/2015. | 327 |
| 3. Forma de interposição do recurso. | 327 |
| 4. Atenção – “Teoria da causa madura”. | 327 |
| 5. Atenção – Preparo. | 329 |
| 6. Termo inicial da contagem do prazo para interposição de recurso inominado. | 330 |
| 7. Recolhimento do preparo. | 330 |
| 8. Condenação ao pagamento de honorários sucumbenciais. Ausência de apresentação de contrarrazões ao recurso inominado. | 330 |
| 9. Recurso adesivo em contrarrazões. | 330 |

| | |
|--|------------|
| ASPECTOS PRÁTICOS | 331 |
| ‣ Modelo de recurso inominado | 331 |
| ‣ Modelo de contrarrazões ao recurso inominado | 336 |
| Art. 43..... | 342 |
| COMENTÁRIOS | 343 |
| 1. Juízo de admissibilidade. | 343 |
| 2. Efeitos recursais. | 343 |
| 3. Efeito devolutivo como regra. | 343 |
| 4. Comprovação concreta do prejuízo ou dano. | 343 |
| Art. 44. | 344 |
| COMENTÁRIOS | 344 |
| 1. Possibilidade de transcrição das fitas magnéticas. | 344 |
| 2. Transcrição da gravação da fita magnética. | 345 |
| 3. Pedido de transcrição da gravação e suspensão do prazo recursal. | 345 |
| Art. 45. | 345 |
| COMENTÁRIOS | 345 |
| 1. Intimação da data de julgamento. | 345 |
| 2. Designação de dia para sessão de julgamento. | 345 |
| 3. Sustentação oral. | 346 |
| Art. 46. | 346 |
| COMENTÁRIOS | 346 |
| 1. Julgamento pela Turma Recursal. | 346 |
| 2. Julgamento na Turma Recursal. | 346 |
| 3. Cláusula de reserva de plenário. | 347 |
| 4. Recursos cabíveis contra decisões das Turmas Recursais. | 347 |
| 5. Reclamação. | 348 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 349 |
| ‣ Modelos de acórdãos proferidos em Turmas Recursais | 349 |
| ‣ Recurso conhecido e improvido – Cartão de crédito consignado | 349 |
| ‣ Recurso conhecido e improvido – Golpe do boleto | 351 |
| ‣ Recurso conhecido e improvido – Negativação indevida | 353 |
| ‣ Recurso não conhecido – Deserção – Ausência de preparo | 355 |
| ‣ Recurso conhecido e provido – Necessidade de perícia grafotécnica | 356 |
| Art. 47. (Vetado)..... | 359 |
| Art. 48..... | 359 |
| COMENTÁRIOS | 359 |
| 1. Hipóteses de cabimento de acordo com a nova redação do art. 48 e a “dúvida”. | 359 |
| 2. Erro material. | 361 |
| 3. Colaboração e juízo plural. | 361 |

| | |
|--|------------|
| 4. Embargos de declaração e aprimoramento da prestação da tutela jurisdicional. | 362 |
| 5. Obscuridade, contradição, omissão e erro material. | 362 |
| 6. Embargos de declaração e inovação. | 363 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 363 |
| ▸ Modelo de embargos de declaração (opção pelo efeito modificativo) | 363 |
| ▸ Modelo de decisão em embargos de declaração – negado provimento | 366 |
| Art. 49. | 367 |
| COMENTÁRIOS | 367 |
| 1. Prazo e forma. | 367 |
| 2. Intempestividade e interrupção do prazo recursal. | 367 |
| Art. 50. | 368 |
| COMENTÁRIOS | 368 |
| 1. Uniformidade entre os efeitos dos embargos declaratórios no CPC e na Lei dos Juizados Especiais. | 368 |
| 2. Pedido de reconsideração velado. | 368 |
| 3. Interrupção e suspensão do prazo. | 368 |
| 4. Embargos de declaração protelatórios. | 369 |
| 5. Conduta processual protelatória. | 370 |
| 6. Caráter inibitório da multa. | 370 |
| Art. 51. | 370 |
| COMENTÁRIOS | 371 |
| 1. Contumácia do requerente. | 371 |
| 2. Incompatibilidade procedimental. | 371 |
| 3. Incompetência territorial. | 372 |
| 4. Impedimentos previstos no art. 8º. | 372 |
| 5. Falecimento das partes. | 373 |
| 6. Desnecessidade de intimação pessoal. | 373 |
| 7. Hipóteses do art. 485, CPC/2015. | 373 |
| 8. Superveniência de impedimento legal. | 373 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 374 |
| ▸ Modelo de decisão extintiva em razão da incompatibilidade do rito sumaríssimo | 374 |
| Art. 52. | 374 |
| COMENTÁRIOS | 376 |
| 1. Modificações inseridas pela Lei nº 11.232/05 ao CPC/73. | 376 |
| 2. A defesa do executado. | 376 |
| 3. Atenção – Posicionamento da Corte Especial do STJ em relação à necessidade de intimação do advogado do executado para fins de cumprimento voluntário do que foi determinado na sentença condenatória e consequente aplicação da multa do então art. 475-J, CPC/73, atual § 1º do art. 523. | 376 |
| 4. Execução dos próprios julgados. | 377 |
| 5. Liquidez da sentença. | 377 |
| 6. Intimação. | 378 |

| | |
|---|------------|
| 7. Superação da alçada em fase de execução da sentença. | 378 |
| 8. Falta ou nulidade da citação. | 379 |
| 9. Manifesto excesso de execução. | 379 |
| 10. Erro de cálculo. | 379 |
| 11. Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, superveniente à sentença. | 380 |
| 12. Aplicação subsidiária do ordenamento processual civil ao microsistema dos Juizados Especiais Cíveis. | 380 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 380 |
| ▸ Modelo de decisão de cumprimento de sentença – obrigação de pagar quantia certa | 380 |
| ▸ Modelo de decisão relacionada à ordem de indisponibilidade de bens | 382 |
| ▸ Variações possíveis dos modelos acima mencionados | 382 |
| Art. 53. | 384 |
| COMENTÁRIOS | 384 |
| 1. Rito procedimental | 384 |
| 2. A defesa do executado. | 384 |
| 3. Atenção – Devedor não encontrado ou inexistência de bens penhoráveis. | 385 |
| 4. Competência e rol dos títulos executivos extrajudiciais. | 386 |
| 5. Audiência de conciliação. | 386 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 387 |
| ▸ Modelo de termo de audiência de conciliação em execução extrajudicial, com adjudicação de bem penhorado (art. 53, §1.º, Lei 9.099/95) | 387 |
| ▸ Variações possíveis do modelo acima mencionado | 388 |
| ▸ Modelo de diligência prévia em pedido de parcelamento (art. 916, Código de Processo Civil) | 389 |
| ▸ Modelo de deferimento do pedido de parcelamento (art. 916, Código de Processo Civil) | 389 |
| ▸ Modelo de sentença de extinção da execução – satisfação da obrigação (art. 924, II, Código de Processo Civil) | 390 |
| ▸ Variações possíveis do modelo acima mencionado | 391 |
| ▸ Modelos de inicial de execução de título extrajudicial – Cheque | 393 |
| ▸ Modelo de decisão indeferindo o pedido de penhora de percentual do salário do executado | 395 |
| ▸ Modelo de decisão deferindo o pedido de penhora de percentual do salário do executado | 397 |
| Art. 54. | 399 |
| COMENTÁRIOS | 399 |
| 1. Gratuidade em primeiro grau e despesas em grau de recurso. | 399 |
| 2. Custas, taxas ou despesas. | 400 |
| 3. Gratuidade judiciária da pessoa natural ou jurídica. | 401 |
| 4. Preparo recursal. | 401 |

| | |
|--|------------|
| Art. 55. | 402 |
| COMENTÁRIOS | 402 |
| 1. Inexistência de sucumbência | 402 |
| 2. Exceção para a hipótese de litigância de má-fé | 403 |
| 3. Sucumbência | 403 |
| 4. Sucumbente beneficiário da gratuidade da justiça | 403 |
| 5. Omissão, no acórdão, da fixação dos honorários sucumbenciais | 404 |
| 6. Honorários do advogado nomeado defensor dativo | 404 |
| 7. Custas na execução | 404 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 405 |
| ▶ Modelo de decisão rejeitando embargos à execução e condenando a parte vencida em custas processuais | 405 |
| Art. 56. | 406 |
| COMENTÁRIOS | 406 |
| 1. Curadorias e assistência judiciária | 406 |
| 2. Assistência jurídica | 406 |
| 3. Justiça gratuita e atos extrajudiciais | 407 |
| Art. 57. | 407 |
| COMENTÁRIOS | 407 |
| 1. Acordo extrajudicial | 407 |
| 2. Homologação | 407 |
| ▶ Modelo de decisão homologatória de acordo extrajudicial | 408 |
| ▶ Modelo de decisão indeferimento a homologação de acordo extrajudicial em razão da incompatibilidade do rito sumaríssimo | 409 |
| Art. 58. | 409 |
| COMENTÁRIOS | 410 |
| 1. Leis locais | 410 |
| 2. Ampliação das hipóteses de conciliação | 410 |
| Art. 59. | 410 |
| COMENTÁRIOS | 410 |
| 1. Impossibilidade de ajuizamento de ação rescisória | 410 |
| 2. Mandado de segurança | 412 |
| Art. 93. | 413 |
| COMENTÁRIOS | 413 |
| 1. Inconstitucionalidade de lei estadual sobre Juizados Especiais que dispõe sobre matéria própria de direito processual civil | 413 |
| Art. 94. | 414 |
| COMENTÁRIOS | 414 |
| 1. Igualdade material | 414 |

| | |
|---|------------|
| Art. 95. | 415 |
| COMENTÁRIOS | 416 |
| 1. Juizados Especiais Itinerantes. | 416 |
| Art. 96. | 416 |
| Art. 97. | 416 |
| COMENTÁRIOS | 416 |
| 1. Revogação expressa. | 416 |

LEI N.º 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009

| | |
|--|------------|
| Art. 1º | 421 |
| COMENTÁRIOS | 421 |
| 1. O processo de criação dos Juizados da Fazenda Pública no Congresso Nacional | 421 |
| 2. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública são inconstitucionais? | 426 |
| 3. Juizados da Fazenda Pública: Justiça Especial ou Justiça Comum? | 426 |
| 4. O marco legal do Sistema dos Juizados Especiais | 427 |
| 5. O Sistema dos Juizados Especiais e a exclusão dos Juizados Especiais Federais | 429 |
| 6. Implementação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública na prática e o fracasso do sonho de acesso facilitado à justiça | 434 |
| Art. 2º | 436 |
| COMENTÁRIOS | 437 |
| 1. Jurisdição e competência na dimensão do processo justo | 437 |
| 2. A competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública | 437 |
| 3. Causas que não se incluem na competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública | 440 |
| 4. Obrigações vincendas | 442 |
| 5. Veto presidencial e valor da causa no litisconsórcio ativo facultativo | 443 |
| 6. Natureza jurídica da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública | 445 |
| Art. 3º | 446 |
| COMENTÁRIOS | 446 |
| 1. Tutelas de urgência nos Juizados Especiais da Fazenda Pública. | 446 |
| 2. Inconstitucionalidade da expressão “de ofício” no art. 3.º da Lei 12.153/09. | 447 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 449 |
| ▸ Modelo de decisão concedendo tutela provisória de urgência, em desfavor de ente público, para fornecimento de medicamento não padronizado pelo SUS. | 449 |
| Art. 4º | 451 |
| COMENTÁRIOS | 452 |
| 1. A sistemática recursal nos Juizados Especiais da Fazenda Pública. | 452 |
| 2. Requisitos de admissibilidade | 453 |

| | |
|---|------------|
| 3. Recurso cabível contra as decisões que versarem sobre tutela provisória de urgência. | 455 |
| 4. Meios de impugnação das decisões judiciais nos Juizados Especiais da Fazenda Pública. | 457 |
| 5. Tipos de recursos cabíveis. | 459 |
| 6. Prazo para a interposição do recurso inominado. | 460 |
| 7. Prazo para a oposição dos embargos de declaração. | 460 |
| 8. Preparo. | 460 |
| 9. Atenção – STF e a “inadmissibilidade” do mandado de segurança contra decisões interlocutórias – STJ e a “admissibilidade” do mandado de segurança. . | 461 |
| Art. 5º | 461 |
| COMENTÁRIOS | 462 |
| 1. Pressuposto processual de validade. | 462 |
| 2. Requerentes. | 462 |
| 3. Sociedades beneficentes ou assistenciais, sociedades sem fins lucrativos, condomínios e o espólio. | 462 |
| 4. Incapazes. | 462 |
| 5. Requeridos. | 464 |
| 6. Pedido contraposto. | 466 |
| 7. Intervenção de terceiros. | 468 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 468 |
| ▸ Modelo de despacho suscitando conflito negativo de competência em virtude de constar autarquia federal no polo passivo | 468 |
| Art. 6º | 471 |
| COMENTÁRIOS | 471 |
| 1. Citações e intimações das Fazendas Públicas Estaduais e Municipais. | 471 |
| 2. Práticas de atos processuais por meio eletrônico. | 472 |
| 3. Autarquias, fundações e empresas públicas. | 472 |
| Art. 7º | 472 |
| COMENTÁRIOS | 472 |
| 1. Observação. | 472 |
| 2. Prerrogativas da Fazenda Pública. | 473 |
| 3. Defensores Públicos. | 473 |
| 4. Atenção – Defensoria Pública e o CPC/2015. | 473 |
| 5. Ministério Público Estadual. | 473 |
| 6. Citação para a audiência de conciliação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. | 473 |
| Art. 8º | 473 |
| COMENTÁRIOS | 473 |
| 1. Acordos realizados pelas Fazendas Públicas Estaduais e Municipais. | 473 |
| 2. Obrigatoriedade. | 474 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 474 |
| ▸ Modelo de despacho dispensando a realização de ato conciliatório em demanda em trâmite nos Juizados Especiais da Fazenda Pública | 474 |

| | |
|---|------------|
| Art. 9º | 475 |
| COMENTÁRIOS | 475 |
| 1. Observação..... | 475 |
| 2. Momento processual oportuno para a apresentação da documentação por parte da entidade pública requerida..... | 475 |
| Art. 10 | 475 |
| COMENTÁRIOS | 475 |
| 1. Realização de prova pericial..... | 475 |
| 2. Prazo de entrega do laudo da prova técnica..... | 477 |
| Art. 11 | 477 |
| COMENTÁRIOS | 477 |
| 1. Observação..... | 477 |
| 2. Artigo 496, CPC..... | 477 |
| Art. 12 | 478 |
| COMENTÁRIOS | 478 |
| 1. Observação..... | 478 |
| 2. Cumprimento do acordo ou das sentenças em obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa certa..... | 478 |
| Art. 13 | 479 |
| COMENTÁRIOS | 480 |
| 1. Sentenças condenatórias de obrigação de pagar quantia certa..... | 480 |
| 2. Procedimento para o cumprimento da obrigação..... | 481 |
| 3. Obrigações de pequeno valor (RPV)..... | 481 |
| 4. Levantamento do valor..... | 481 |
| 5. Crédito superior ao valor de 60 (sessenta) salários mínimos..... | 481 |
| 6. Honorários e fracionamento..... | 482 |
| 7. Execução de título extrajudicial..... | 482 |
| Art. 14 | 482 |
| COMENTÁRIOS | 482 |
| 1. Juizados Especiais da Fazenda Pública e os Tribunais de Justiça..... | 482 |
| 2. Juizados Especiais Adjuntos..... | 482 |
| Art. 15 | 483 |
| COMENTÁRIOS | 483 |
| 1. Observação..... | 483 |
| 2. Aplicação dos arts. 22, 37 e 40, Lei 9.099/95..... | 483 |
| 3. Conciliadores e juízes leigos..... | 483 |
| 4. Impedimentos dos conciliadores e juízes leigos..... | 484 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 484 |
| ▸ Modelo de termo de audiência conduzida por Juiz Leigo em que houve composição..... | 484 |

| | |
|---|------------|
| Art. 16. | 485 |
| COMENTÁRIOS | 485 |
| 1. Atos que poderão ser praticados pelo conciliador. | 485 |
| 2. Não obtenção da conciliação e posterior realização da audiência de instrução. | 486 |
| 3. Atenção – Redação do art. 26. | 486 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 486 |
| ▸ Modelo de termo de audiência de instrução e julgamento conduzida por juiz togado | 487 |
| Art. 17. | 488 |
| COMENTÁRIOS | 489 |
| 1. Instituição e composição das Turmas Recursais. | 489 |
| 2. Impossibilidade de recondução. | 489 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 489 |
| ▸ Modelo de acórdão proferido por Turma Recursal de Juizados Especiais da Fazenda Pública | 489 |
| Art. 18. | 491 |
| COMENTÁRIOS | 491 |
| 1. Finalidade. | 491 |
| 2. Pedido de divergência entre decisões de Turmas Recursais do mesmo Estado. | 491 |
| 3. Pedido de divergência entre decisões de Turmas Recursais pertencentes a diferentes Estados ou proferidas em contrariedade a súmula do Superior Tribunal de Justiça. | 492 |
| 4. Não será de competência das Turmas Recursais dos JEFAPZ's proceder à juízo de admissibilidade de PUIL a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça. | 492 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 493 |
| ▸ Modelo genérico de pedido de uniformização de interpretação de lei | 493 |
| Art. 19. | 495 |
| COMENTÁRIOS | 496 |
| 1. Formulação de pedidos idênticos de uniformização de interpretação de lei recebidos subsequentemente. | 496 |
| 2. Possibilidade de solicitação de informações ao Presidente da Turma Recursal ou ao Presidente da Turma de Uniformização. | 496 |
| 3. Atenção – “Amicus Curiae”. | 497 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 497 |
| ▸ Modelo genérico de reclamação para o Superior Tribunal de Justiça | 498 |
| Art. 20. | 500 |
| COMENTÁRIOS | 500 |
| 1. Normas dos Tribunais de Justiça. | 500 |

| | |
|--|------------|
| 2. Normas do Superior Tribunal de Justiça..... | 500 |
| 3. Normas do Supremo Tribunal Federal..... | 500 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 501 |
| Art. 21. | 503 |
| COMENTÁRIOS | 503 |
| 1. Hipóteses de admissibilidade do recurso extraordinário..... | 503 |
| 2. Processamento e julgamento..... | 503 |
| 3. Repercussão geral..... | 503 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 505 |
| ▸ Modelo genérico de recurso extraordinário | 505 |
| Art. 22. | 506 |
| COMENTÁRIOS | 507 |
| 1. Prazo para a instalação..... | 507 |
| 2. Aproveitamento da estrutura das Varas da Fazenda Pública..... | 507 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 507 |
| Art. 23. | 507 |
| COMENTÁRIOS | 507 |
| 1. Limitação da competência..... | 507 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 508 |
| Art. 24. | 508 |
| COMENTÁRIOS | 508 |
| 1. Cautela do legislador..... | 508 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 509 |
| ▸ Modelo genérico de suscitação de conflito negativo de competência | 510 |
| Art. 25. | 511 |
| COMENTÁRIOS | 511 |
| 1. Suporte administrativo..... | 511 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 511 |
| Art. 26. | 512 |
| COMENTÁRIOS | 512 |
| 1. Aplicação, à míngua de previsão legal em relação aos Juizados Especiais Federais, das normas que disciplinam a atuação dos conciliadores..... | 512 |
| Art. 27. | 513 |
| COMENTÁRIOS | 513 |
| 1. Aplicação subsidiária do CPC..... | 513 |
| ASPECTOS PRÁTICOS | 514 |

| | |
|---|------------|
| ▶ Modelo de sentença em ação declaratória de inexistência de débitos, em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, aplicando-se regras estabelecidas no Código de Processo Civil | 514 |
| ▶ Modelo de sentença em ação anulatória de débito fiscal, em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, aplicando-se regras estabelecidas no Código de Processo Civil | 518 |
| ▶ Modelo de sentença em ação cominatória para fins de realização de procedimento cirúrgico, em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, aplicando-se regras estabelecidas no Código de Processo Civil | 522 |
| ▶ Modelo de sentença em ação cominatória para fins de fornecimento de medicamentos, em sede de Juizados Especiais da Fazenda Pública, aplicando-se regras estabelecidas no Código de Processo Civil | 526 |
| Art. 28. | 531 |
| COMENTÁRIOS | 531 |
| 1. “Vacatio legis” | 531 |

ENUNCIADOS FONAJE

| | |
|--|------------|
| ENUNCIADOS CÍVEIS | 533 |
| ENUNCIADOS DA FAZENDA PÚBLICA | 547 |

JURISPRUDÊNCIA EM TESES N.º 89 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

| | |
|---|------------|
| TESES DOS JUIZADOS ESPECIAIS | 549 |
|---|------------|

CONSOLIDAÇÃO DOS ENUNCIADOS DO FÓRUM PERMANENTE DE PROCESSUALISTAS CIVIS

| | |
|---|------------|
| ENUNCIADOS RELACIONADOS AOS JUIZADOS ESPECIAIS | 551 |
|---|------------|

| | |
|---|------------|
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 555 |
|---|------------|